



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

02.04.2004
N.º 1000

Exmº. Senhor
Presidente da Assembleia da República

REQUERIMENTO Nº 1236/IX (2ª) - AC
(1.04.2004)

Assunto: **Tribunal da Relação do Algarve**

Apresentado pelos **Deputados José Apolinário, Jamila Madeira, Luís Carito e Maria do Rosário Carneiro, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista**

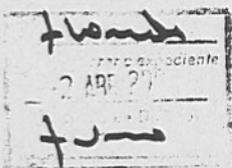
A regulamentação da Lei Orgânica e Funcionamento dos Tribunais Judiciais através do Decreto-Lei 186-A/99, de 31 de Maio, previu a criação dos Tribunais das Relações de Faro e Guimarães, atendendo ao movimento processual dos tribunais das respectivas áreas de competência territorial.

O Tribunal da Relação de Guimarães foi instalado em 2 de Abril de 2002.

Dois anos depois deste acto o processo de instalação do Tribunal da Relação de Faro não teve qualquer evolução.

A criação do Tribunal da Relação do Algarve é já uma reivindicação histórica da Região, em especial para os operadores judiciários no Algarve.

Defendendo uma maior proximidade entre as diversas instâncias de justiça e os cidadãos, a criação de um Tribunal foi proposta pelos Deputados do Partido Socialista pelo Algarve, em 1992, através de um Projecto-Lei que teve como



impulsionador e primeiro subscritor o Deputado Luís Filipe Madeira. Em 1993 o projecto foi debatido no Plenário sendo rejeitado pelo Grupo Parlamentar do PSD, impedindo à época a criação deste tribunal de 2ª instância.

O projecto foi igualmente defendido pelo Dr. José Vera Jardim, então Deputado, mais tarde Ministro da Justiça do XIII Governo Constitucional, aliás com acção marcante no Ministério da Justiça, que no desempenho das funções governativas promoveu a alteração da Lei Orgânica e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e, posteriormente, da regulamentação da mesma Lei, prevendo a criação dos Tribunais das Relações de Faro e de Guimarães.

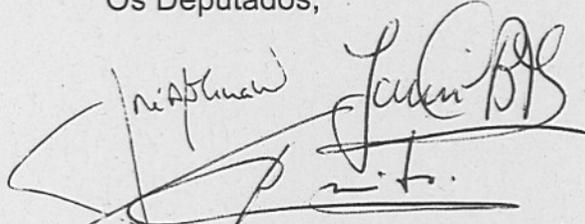
No XIV Governo Constitucional ao assumir funções como Ministro da Justiça, o Dr. António Costa aprofundando e desenvolvendo uma muito significativa reforma do sector da justiça, cujo mérito é reconhecido não só pela generalidade dos operadores judiciários, como por vastos sectores da opinião pública, entre os diversos objectivos a que se propôs, com a sua equipa de Secretários de Estado, incluiu a instalação dos Tribunais das Relações de Faro e Guimarães.

Em declarações recentes no Plenário da Assembleia da República o Senhor Secretário de Estado da Justiça justificou o adiamento da instalação do Tribunal da Relação de Faro com a natureza "pantanosa" (!) do terreno e alegados problemas no projecto.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis vimos requerer ao Governo, através do Ministério da Justiça, os seguintes esclarecimentos:

1. Vai o Governo adjudicar novo projecto de obras de intervenção no interior do Palácio Belmarço, conforme prometeu o Senhor Secretário de Estado no Plenário da Assembleia da República? Quando?
2. Qual o valor do projecto? Confirma o Governo como novo objectivo de instalação do Tribunal da Relação do Algarve o ano de 2005?

Os Deputados,


Marta do Rosário Carneiro